



Governança Pública  
Municipal – Transformando a  
Administração

---

Augusto Nardes  
Ministro do TCU



# Implementação da Governança Pública

Como as políticas públicas são monitoradas e avaliadas?

- Inexistência de histórico de avaliação para parte das políticas, programas e iniciativas públicas de fomento à inovação
- Diferentes estágios de maturidade dos processos de monitoramento e avaliação
- Inexistência de indicadores de resultado e impacto para parte das políticas, programas e iniciativas públicas de fomento à inovação
- Falta de informações para apoiar a realização do monitoramento e avaliações



# Trajetória

---

- Presidência do TCU (2013/14) – reestruturação do Tribunal.
- Criação de Indicadores – iGG.
- Articulação para aprovação do Decreto 9.203/2017.
- Criação da Rede Governança Brasil.



**Decreto 9.203/2017 inaugurou a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.**



# 2019

**Grande perspectiva  
de consolidação da  
Governança no  
âmbito federal –  
requisito para Brasil  
entrar na OCDE**





# OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

---

# Desenvolvimento

RESPONSABILIDADE FISCAL

EDUCAÇÃO

PESQUISA E INOVAÇÃO

INFRAESTRUTURA

INCLUSÃO SOCIAL E REGIONAL

RACIONALIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

DEMOCRACIA

COORDENAÇÃO  
FEDERATIVA

REFORMA  
TRIBUTÁRIA E  
POLÍTICA,  
ADMINISTRATIVA

GOVERNANÇA

- Produtividade
- Desenvolvimento
- Melhores Políticas:
  - ❖ Saúde
  - ❖ Educação
  - ❖ Segurança
  - ❖ Mobilidade Urbana
- Federal
- Estadual
- Municipal



# Evolução do PIB

Ano a ano, em %



Fonte: FGV e IBGE

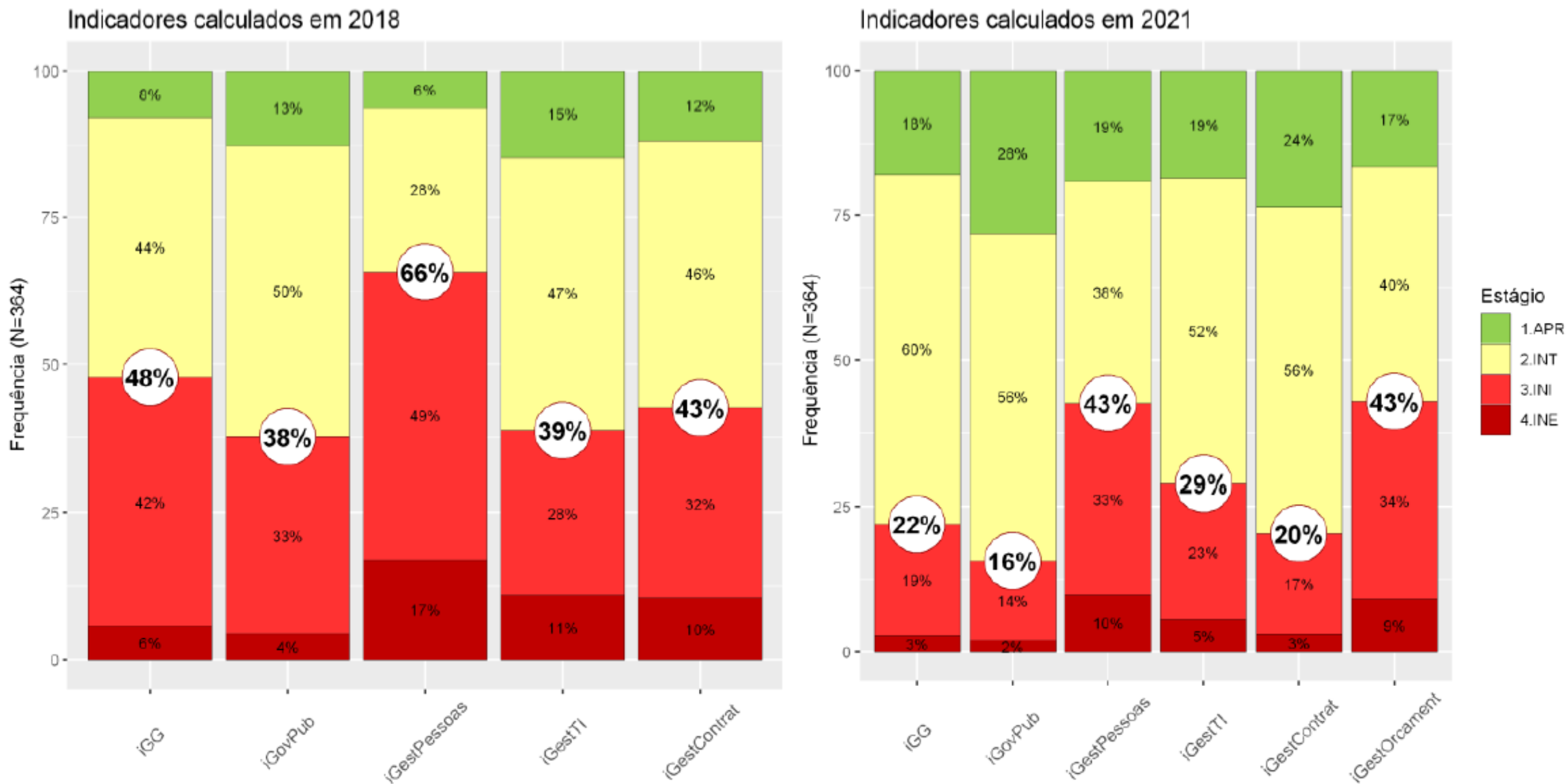
# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



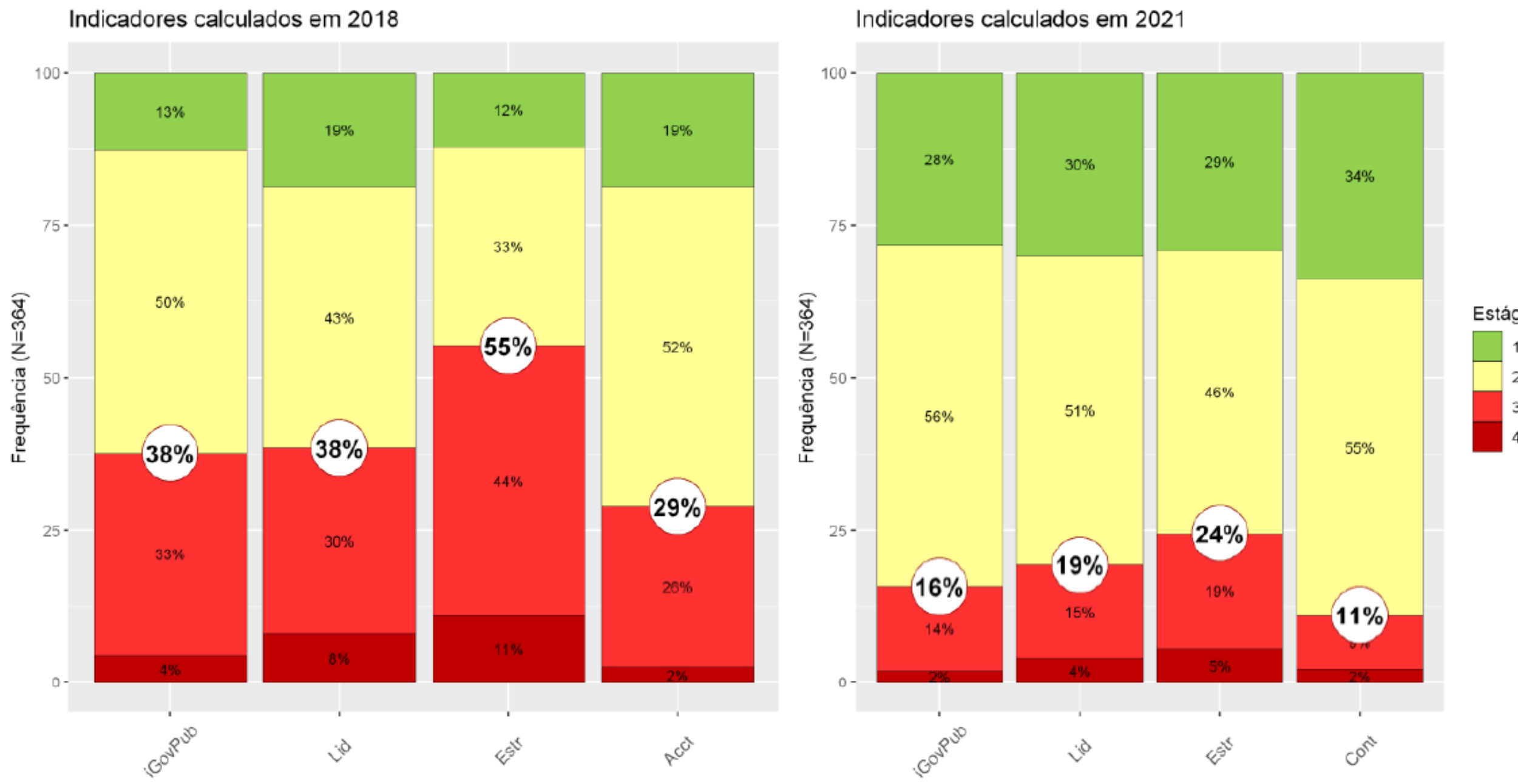
X




## Figura 6 - iGG: comparativo entre 2018 e 2021



# Figura 9 - iGovPub: comparativo entre 2018 e 2021





Como a Governança pode  
aprimorar a entrega de  
resultados para a sociedade

---

# Referenciais de Governança

(<https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/>)

## Governança pública: publicações

O Tribunal de Contas da União disponibilizou uma série de publicações sobre Governança Pública. Cada uma delas aborda o tema sob uma perspectiva complementar às demais. As duas primeiras têm por objeto a Governança Organizacional aplicada ao Setor Público. A segunda trata de Governança em Políticas Públicas. A terceira sobre Governança em Centro de Governo. Ao final há um conjunto de publicações que tratam do componente gestão de risco e suas especializações como as que tratam de risco de fraude e corrupção.



10 passos para a Boa Governança



Referencial para Órgãos e Entidades



Referencial para Políticas Públicas



Referencial para Centro de Governo



Referenciais para Gestão de Risco

Cartilha  
LGDP – Rede  
Governança  
Brasil





**GOVERNANÇA  
PÚBLICA  
MUNICIPAL**

---

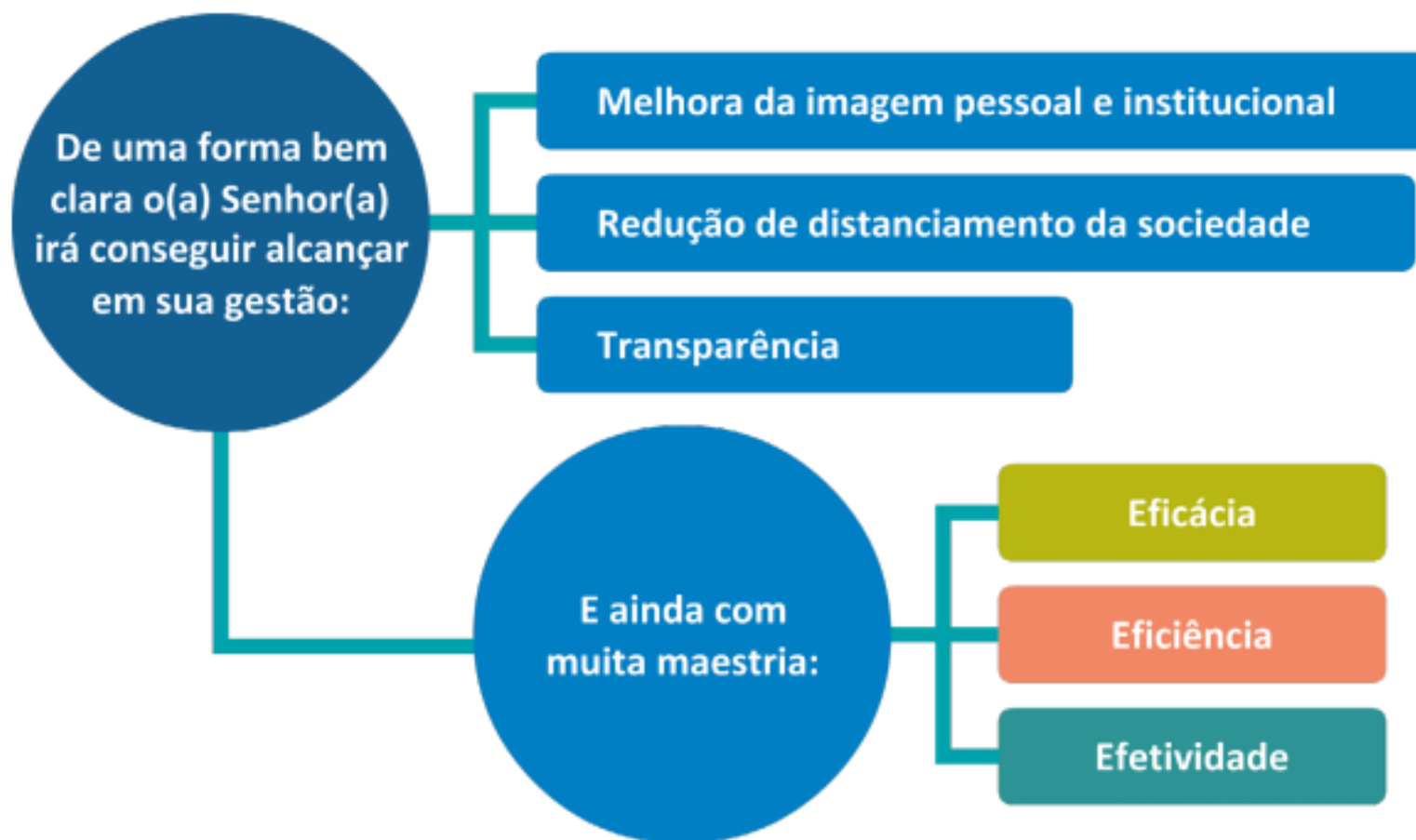
**TRANSFORMANDO  
SUA ADMINISTRAÇÃO**

Importância da  
implementação da  
Governança em  
âmbito municipal





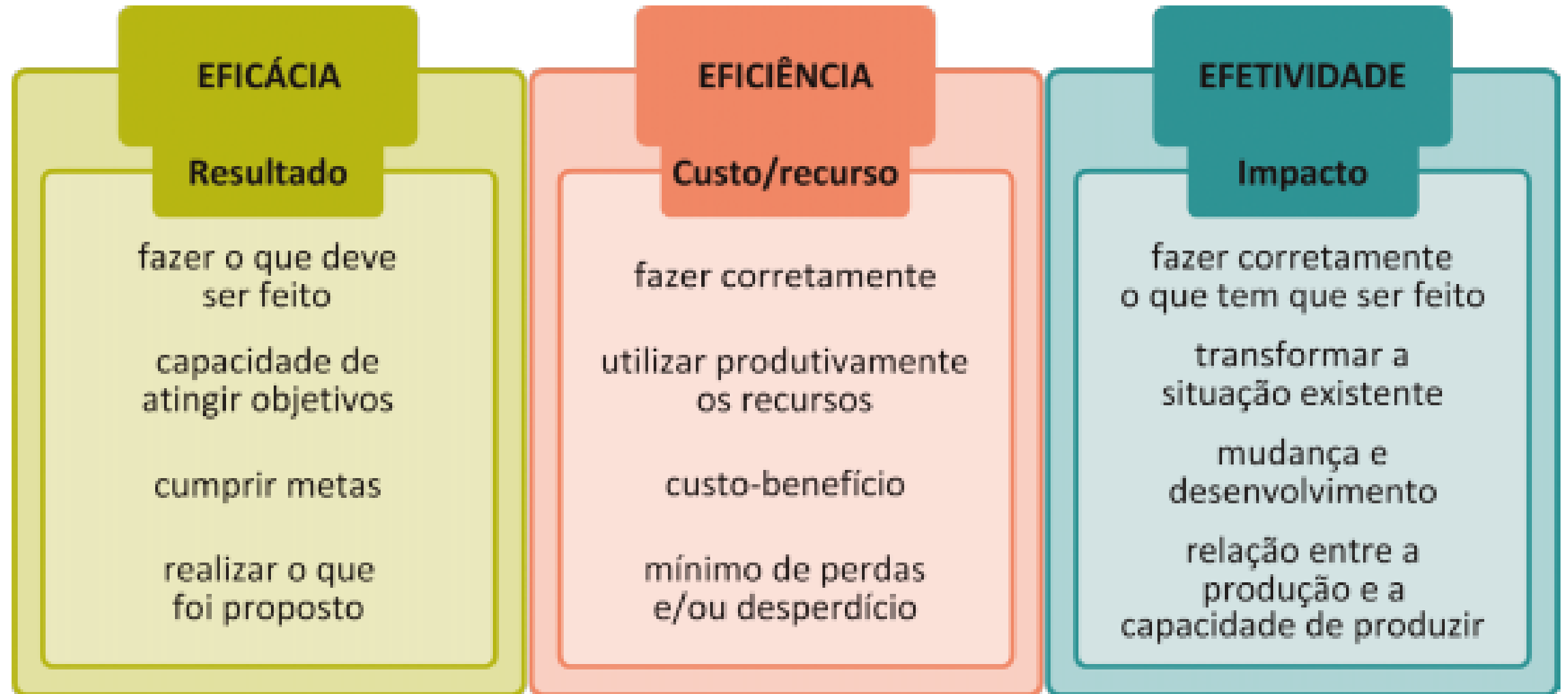
## 2 O QUE O MUNICÍPIO GANHA EM IMPLANTAR A GOVERNANÇA?



• Políticas Públicas são ações, metas e planos definidos pelo governo municipal para o bem-estar da sociedade. **Políticas públicas são tudo aquilo que o governo decide fazer ou não fazer**, mas não somente na sua gestão, pois **política pública envolve as decisões de Estado que correspondem às ações de longo prazo** de natureza continuada e transcendente a uma única gestão.



## Dimensões de Resultado e suas Características



Fonte: RGB, 2020.

**A aplicação da Governança em seu Município depende de você, Prefeito(a)!**

Práticas de Governança: Governança x Gestão

Defina o modelo de Governança para o município

Elabore a legislação local estabelecendo os princípios e as diretrizes básicas e preveja os mecanismos de liderança, estratégia e controle, bem como as competências e responsabilidades

Crie uma estrutura organizacional adequada, envolvendo a alta administração, instituindo o Conselho de Governança (CGOV), Comitês Internos de Governança (CIGs) e Plano de Integridade

Promova a sensibilização dos envolvidos

Siga os 10 passos para a boa governança municipal

# 10 passos para a boa Governança Municipal

**Escolha líderes competentes e avalie seus desempenhos**

**Lidere com ética e combata os desvios**

**Estabeleça um sistema de Governança municipal para facilitar sua gestão**

**Estabeleça um modelo de Gestão Estratégica na Prefeitura que assegure seu monitoramento e avaliação**

**Estabeleça ações e entregas considerando as necessidades do seu município**

**Estabeleça metas e dê condições de sua equipe alcançá-las**

**Estabeleça parcerias entre a Prefeitura e outras organizações a fim de unir esforços pelo município**

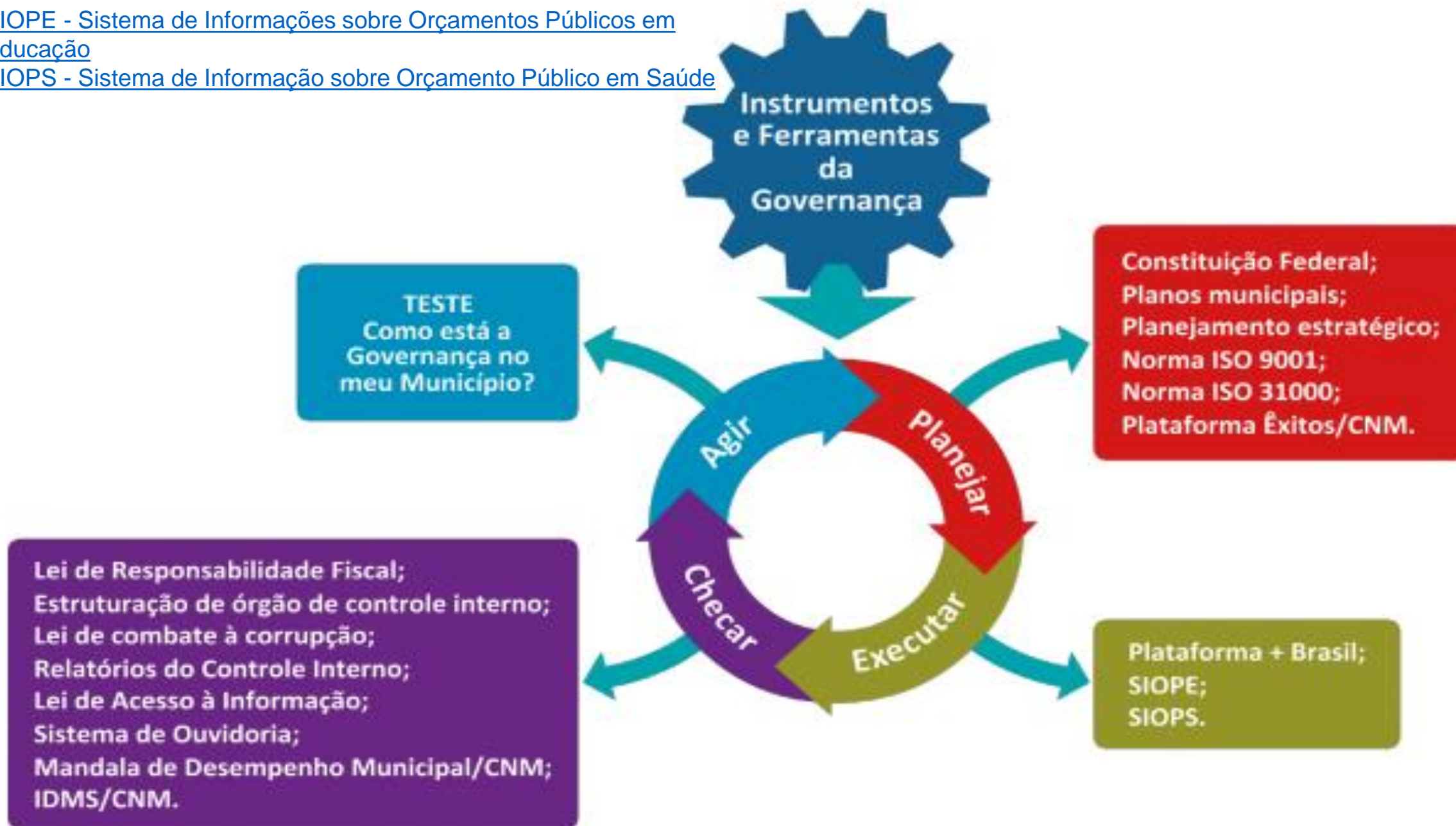
**Gerencie riscos e institua os mecanismos de controle interno necessários na Prefeitura**

**Estabeleça na Prefeitura função de auditoria interna independente e que adicione valor à sua gestão**

**Estabeleça um caminho com foco nos trabalhos da Prefeitura com mais transparência, prestação de contas e responsabilização**

SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação

SIOPS - Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Saúde



# Fatores determinantes da produtividade

Qualidade das instituições

Aumento da inovação

Aumento do investimento, sobretudo da infraestrutura logística

Qualificação da mão de obra

Melhoria do ambiente de negócios

Ampliação da competição interna e externa

Avaliação e revisão dos incentivos existentes no complexo sistema tributário brasileiro.



# Medidas relevantes para governança

**Estruturação de  
Centro de Governo**

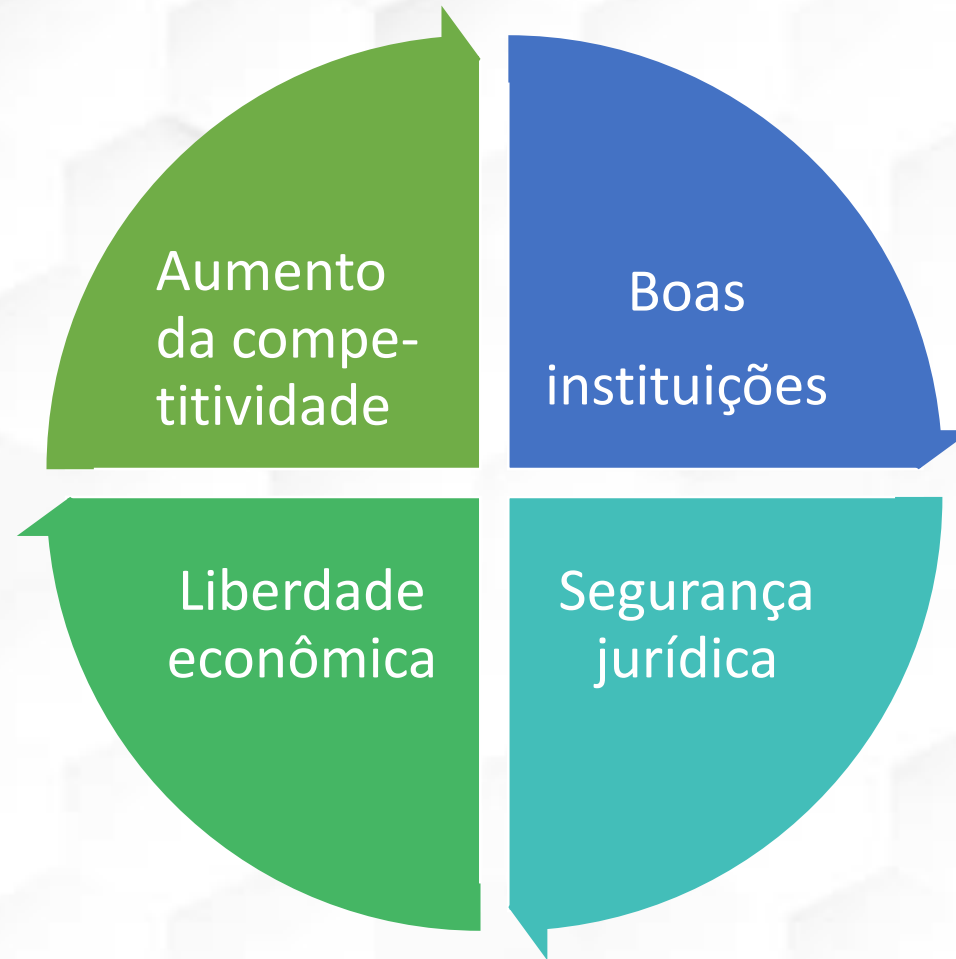
**Melhor articulação  
entre entes  
federativos**

**União entre  
educação e  
tecnologia**

**Indicadores para  
avaliação e  
acompanhamento  
do governante**

**Gestão de riscos e  
controles internos**

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





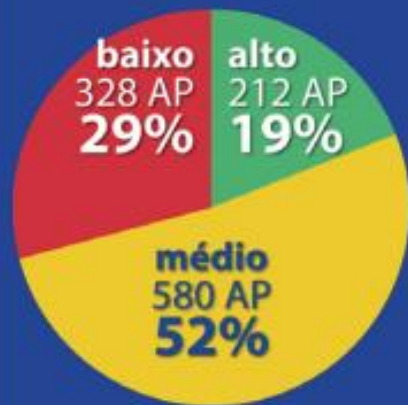
## Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas: um breve histórico

---

- Primeira edição: 2015;
- 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela;
- O TCU criou o **Indimapa**, método de Avaliação da Implementação e da Gestão de Áreas Protegidas.

# INDIMAPA 2014 AMÉRICA LATINA

índice de implementação e gestão



**1120 AP**





Segunda edição da  
Auditoria Coordenada  
em Áreas Protegidas.

---



# ÁREAS PROTEGIDAS

## AUDITORIA COORDENADA

- A Comissão Técnica Especial de Meio Ambiente (COMTEMA) da Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) realizou a **segunda edição da Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas**.
- O trabalho foi realizado entre 2019 e 2020, sob a coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU), a Entidade Fiscalizadora Superior (EFS) do Brasil. Este processo contou com a participação de mais de 100 auditores de 26 equipes de auditoria, permitindo **avaliar 2.415 áreas protegidas em 17 países**.

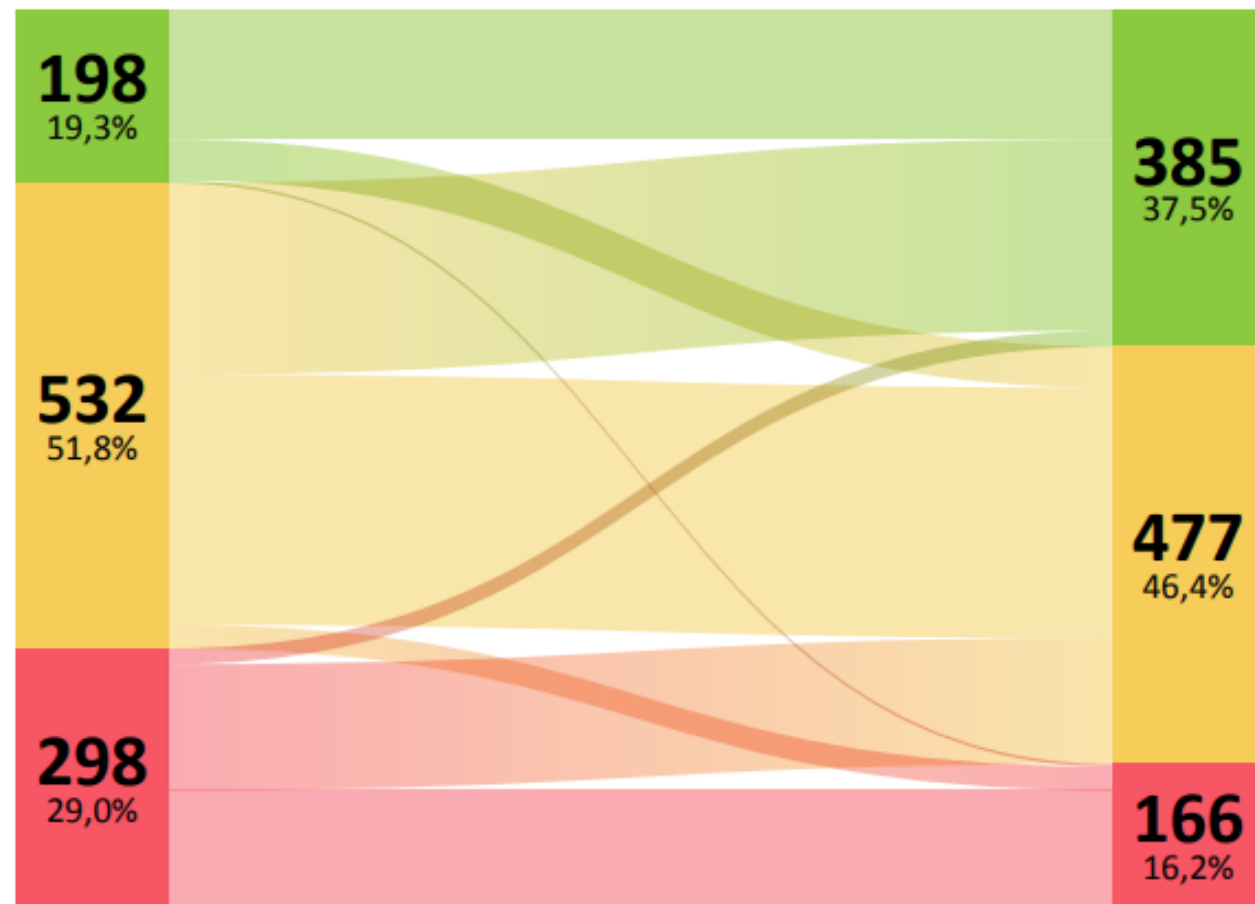
O Indimapa permite também **monitorar os avanços no nível de implementação e gestão**, a partir da linha de base gerada na auditoria anterior.

No grupo de 1.028 APs avaliadas em ambas as edições da auditoria, **constatou-se uma melhora em sua implementação e gestão**, como sugerem as transições entre as três faixas (baixo, médio e alto).

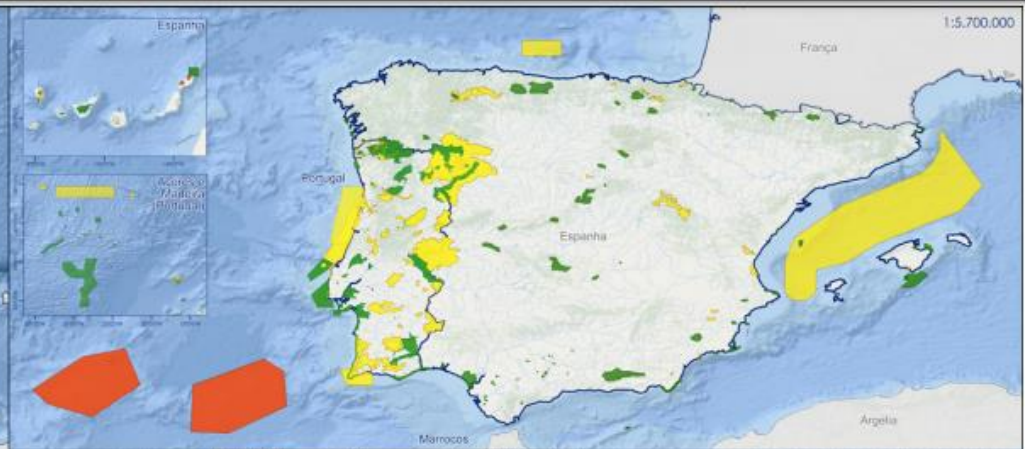
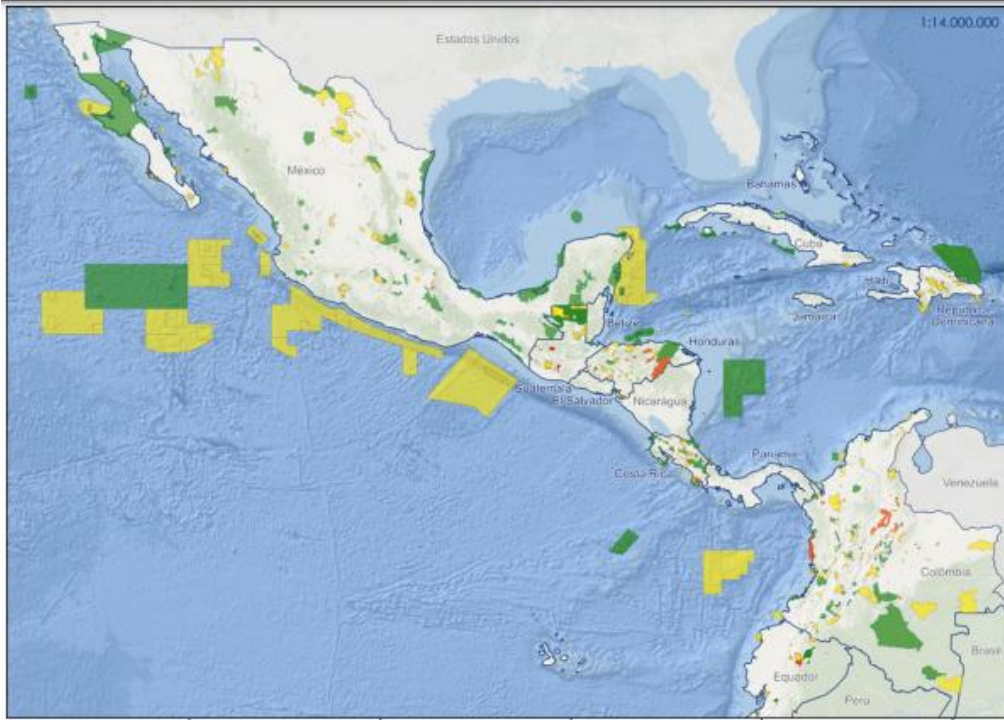
## Transição de APs entre as faixas do Indimapa

2014

2019



**1.028 áreas protegidas**



# ÁREAS PROTEGIDAS

## AUDITORIA COORDENADA

### INDIMAPA 2019


- Alto  $2 \leq i \leq 3$
- Médio  $1 \leq i < 2$
- Baixo  $0 \leq i < 1$



Sistema de coordenadas geográficas: Datum: WGS 1984. Fonte: Países: Natural Earth, Áreas protegidas: WDPA; Indimapa 2013/2014: arquivos originais do Organismo Provincial para o Desenvolvimento Sustentável (OPDS) da Província de Buenos Aires, organizados pela equipe de auditoria do HFCBA; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Brasil); Registro Único Nacional de Áreas Protegidas (Colômbia); Sistema Nacional de Áreas de Conservação (Costa Rica); Ministério do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Paraguai); Sistema de Informação Geográfica do Ambiente e do Mar dos Açores (Portugal); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (Portugal); INDIMAPA: entidades fiscalizadoras superiores e subnacionais participantes da Auditoria Coordenada em Áreas Protegidas.







Governança  
Hídrica: histórico

---

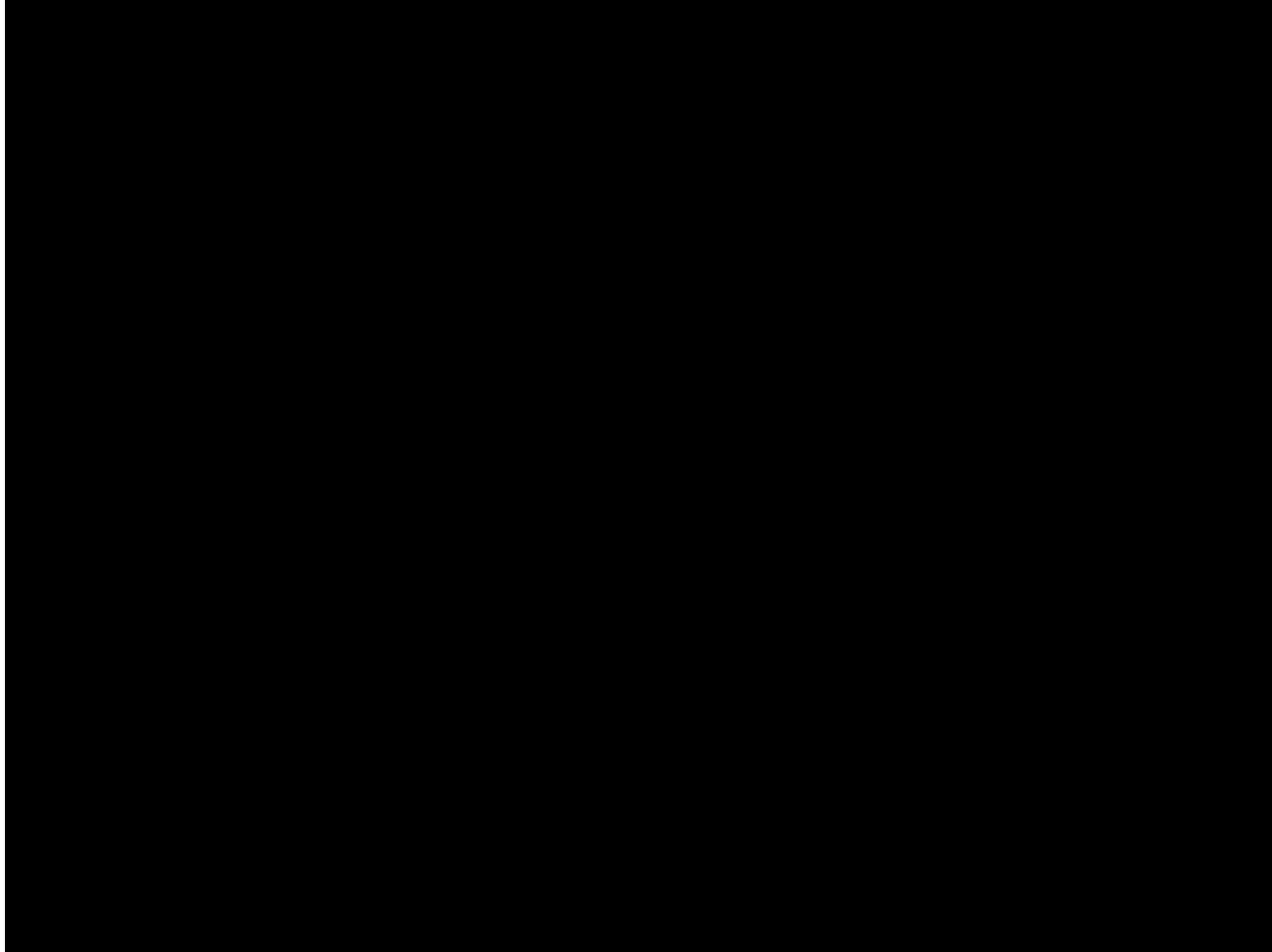


# Programa Fontes para o Futuro

Setembro de 2020

Revitalização das micro-bacias do Rio São Francisco. O projeto tem por objetivo o desenvolvimento sustentável das propriedades, com ênfase na recuperação de nascentes.

# Programa Fontes para o Futuro




# Programa Fontes para o Futuro





# Desdobramentos do Programa Fontes para o Futuro



# Programa Águas Brasileiras – lançado em dezembro 2020

- O programa busca ampliar a quantidade e a qualidade da água disponível para consumo e para o setor produtivo, de forma a fomentar o desenvolvimento regional e garantir mais qualidade de vida para a população. Com esse objetivo, o Governo Federal lançou o Programa Águas Brasileiras, que conta com a participação dos ministérios do Desenvolvimento Regional (MDR), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com estados e municípios.
- O objetivo é impulsionar iniciativas de preservação e recuperação de áreas degradadas nas bacias em parceria com o setor produtivo rural.
- O programa foi lançado no município de Piranhas, em Goiás, pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, e é um trabalho conjunto de cinco ministérios em parceria com estados e municípios. Uma das metas é plantar 100 milhões de árvores inicialmente nas bacias dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia, Parnaíba e Taquari.
- Também são objetivos consolidar e recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APPs), ampliar as formas de conversão de multas ambientais e pagamentos por serviços ambientais e medidas que garantam segurança hídrica.

# PROGRAMA ÁGUAS BRASILEIRAS



Programa Águas Brasileiras



- **Plataforma Águas Brasileiras**

Ferramenta digital que vai fazer a conexão entre projetos de revitalização de bacias hidrográficas e organizações e empresas que desejem apoiar essas iniciativas.

---

- **Juntos pelo Araguaia**

Em Piranhas (GO), junto ao lançamento do programa, foram entregues os projetos executivos do Projeto Juntos pelo Araguaia. O Ministério do Desenvolvimento Regional investiu R\$ 2,6 milhões nos projetos. A iniciativa recuperará 10 mil hectares na região do alto Araguaia.

- **Plantando Águas**

Pela tarde, em Diamantina (MG), foi lançado o Projeto Plantando Águas para o Rio São Francisco, que tem parceria do ministério junto ao governo de Minas Gerais. O projeto quer atrair investimentos privados para ações de revitalização na bacia do São Francisco e de recuperação de áreas degradadas.











# Rio Grande do Sul: O Desafio Hídrico

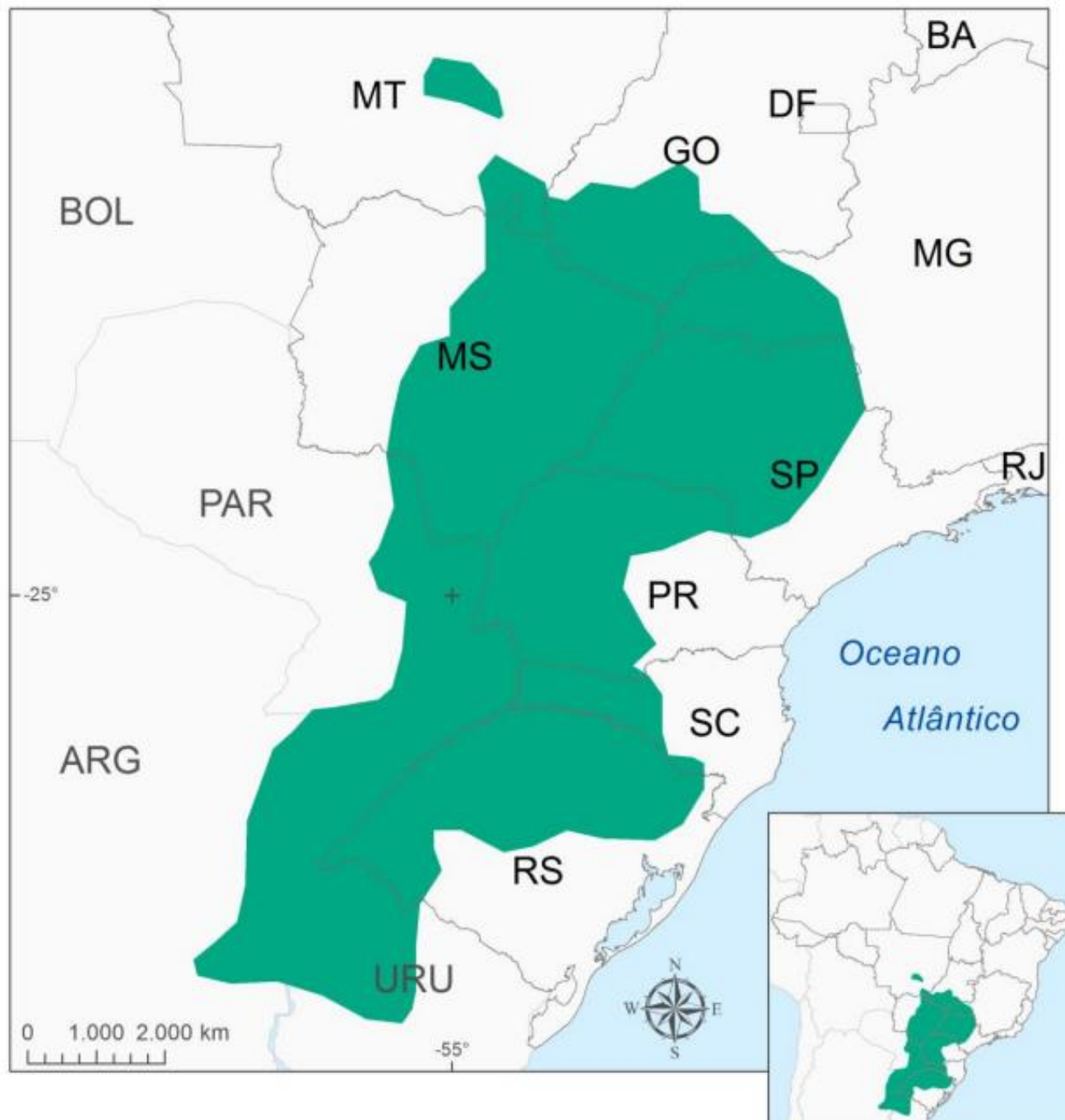
---

## Aquífero Guarani

+ 70% no Brasil



+/- 18% no RS



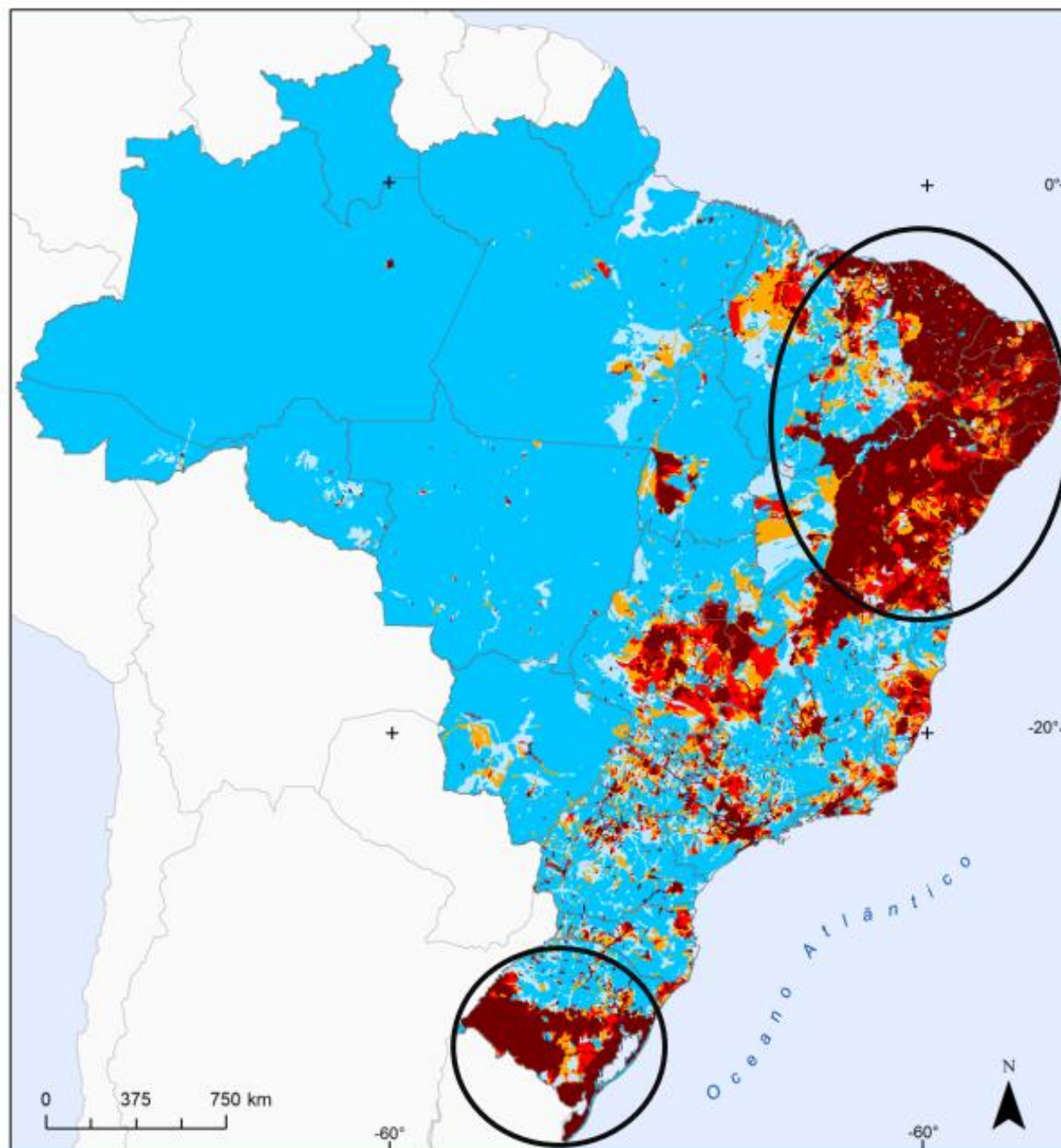
FONTE: MMA e ANA.  
ELABORAÇÃO: FEE/NDR.

# Balanço Hídrico

## Relação entre demanda e disponibilidade

### Legenda

- Excelente ( $< 5$ )
- Confortável (5 a 10)
- Preocupante (10 a 20)
- Crítica (20 a 40)
- Muito Crítica ( $> 40$ )



FONTE: ANA.  
ELABORAÇÃO: FEE/NDR.

# Fatores críticos para o desequilíbrio hídrico no Rio Grande do Sul

Falta de saneamento

Desperdício

Estiagem

Aumento da demanda

Despejo inadequado de efluentes industriais

Supressão de vegetação do entorno dos cursos d'água

## Perspectivas:

### Projeto de Lei 433/2021 – Dep. Ernani Polo

- Altera o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e a lei que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos
- Viabilização de políticas públicas de preservação da água.
- Objetivo: realização de obras de infraestrutura em reservatórios de água que possam ser consideradas como de utilidade pública e de interesse social.



A world map in shades of blue and white, centered on the Atlantic Ocean, serving as a background for the text.

Próximo passo: Auditoria  
Coordenada Mundial em Áreas  
Protegidas

# Importância da Intosai neste processo

Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores

Organização para a auditoria externa aos governos dos países associados. Sua natureza não governamental lhe permite ter status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas.

Congrega 195 entidades fiscalizadoras superiores (EFS), 5 organizações associadas e um membro afiliado.

Objetivos: promoção do desenvolvimento permanente e transferência de conhecimento, aperfeiçoamento da auditoria governamental de maneira global e incremento das capacidades profissionais, além de ser um norteador para as EFS em seus respectivos países para o bom controle de gastos públicos.



Auditoria Coordenada  
Mundial em Áreas  
Protegidas

---

- Dubai – Março de 2022
- Articulação para viabilizar a Auditoria em nível mundial
- Brasil na Presidência da Intosai – 2023

# GOVERNANÇA e DESENVOLVIMENTO





**MUITO OBRIGADO**

**Augusto Nardes**

**Ministro do TCU**